

NEA UFSCAR E A PEDAGOGIA DO CAMINHAR: APORTES METODOLÓGICOS PARA A FORMAÇÃO DE AGENTES POPULARES DE AGROECOLOGIA

NEA UFSCAR AND THE PEDAGOGY OF WALKING: METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS TO THE TRAINING OF POPULAR AGENTS OF AGROECOLOGY

NEA UFSCAR Y LA PEDAGOGÍA DEL CAMINAR: APORTES METODOLÓGICOS PARA LA FORMACIÓN DE AGENTES POPULARES DE AGROECOLOGÍA

Joelson Gonçalves de CARVALHO¹

Eduardo Rezende PEREIRA²

Resumo: Há inegável potencialidade da agroecologia como forma de produção agrícola e reprodução social camponesa, de caráter contra-hegemônico, pautada em valores comunitários e solidários. Partindo do pressuposto de que o método da educação popular pode ser combinado com a prática agroecológica, o presente trabalho tem por objetivo oferecer um aporte metodológico para a formação de agentes populares de agroecologia, desenvolvido através de uma experiência de extensão universitária realizada pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus São Carlos. Metodologicamente, o artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa aplicada, com observação participante e pesquisa-ação. Para cumprir o objetivo proposto, o tema é

¹ Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural (PPGADR/UFSCar) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente (PPGDTMA/UNIARA). São Carlos, São Paulo, Brasil. Email: joelson@ufscar.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4894-1400>

² Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Campinas, São Paulo, Brasil. Email: rezende.eduardo@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5793-251X>

abordado a partir da sua associação com a educação popular enquanto práxis que fortalece o caráter antissistêmico da agroecologia. As conclusões indicam que a metodologia desenvolvida para superar as dificuldades de uma formação remota direcionada a um público expressivo e bastante heterogêneo foi exitosa e conseguiu, por intermédio das ações práticas desenvolvidas, impactar positivamente os territórios nos quais foram realizadas. Ademais, os aportes metodológicos desenvolvidos pela equipe responsável, em especial a pedagogia do caminhar, têm capacidade de replicação, total ou parcial, em localidades distintas, em benefício da agroecologia.

Palavras-chave: Educação popular; Extensão universitária; Agroecologia; Extensão rural

INTRODUÇÃO

A agroecologia tem se expandido enquanto forma de produção agrícola e bandeira articuladora de uma nova forma de organização socioprodutiva de base camponesa. Tem, também, se destacado crescentemente entre os movimentos sociais do campo e da cidade, dada a sua potencialidade antissistêmica, através de práticas ecologicamente sustentáveis e comprometidas com as gerações atuais e futuras, assim como por suas relações sociais e de trabalho, mais humanizadas, pautadas em valores comunitários e solidários. Neste sentido, no âmbito acadêmico, se destacam produções científicas que buscam tanto descrever essas práticas de produção e relações de trabalho, como legitimar cientificamente a sua importância e viabilidade técnica, política, social e econômica. Não obstante, o interesse pelo tema é crescente também no campo interdisciplinar, dadas as inequívocas interrelações entre a agroecológica com a saúde e a educação (CARVALHO; BORSATTO; SANTOS, 2022).

Dito isso e com base na experiência do curso de formação de agentes populares de agroecologia, vinculado ao projeto de extensão *Terra, Agroecologia e Universidade: articulando saberes, trocando experiências e construindo conhecimentos*, realizado pelo Núcleo de Estudos em Agroecologia

e Produção Orgânica (NEA) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), por meio de parcerias promovidas entre discentes e docentes pesquisadores do tema com movimentos populares e organizações sociais, este artigo tem como objetivo apresentar os aportes metodológicos desenvolvidos para a formação, em larga escala, de agentes populares de agroecologia. Acreditamos que o projeto político pedagógico elaborado para o curso pode, com as suas devidas críticas e adaptações, a depender dos desafios e especificidades dos diferentes contextos, servir à elaboração de outras iniciativas que visam a educação popular, de modo geral, e a formação agroecológica, em específico.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento deste estudo, se deram mediante uma pesquisa qualitativa de natureza aplicada. O campo da pesquisa se constituiu do acompanhamento de todas as atividades do curso de extensão em questão, em especial nos meses de abril a outubro de 2021. Cabe ressaltar que um dos autores foi o coordenador do projeto, e o outro tutor responsável pelo acompanhamento do tempo-comunidade dos cursistas.

Para cumprir o objetivo proposto, além desta introdução e das considerações finais, o artigo está estruturado em outras duas seções. Primeiramente, há uma breve caracterização sobre a agroecologia e sua relação com a educação popular. Em seguida, se apresenta a experiência do curso em questão, anunciando suas concepções político-pedagógicas, metodologias e resultados.

AGROECOLOGIA E FORMAÇÃO POPULAR COMO ALTERNATIVAS À INSEGURANÇA ALIMENTAR E AO AGRONEGÓCIO

A produção de alimentos em escala ampliada, sem agrotóxicos, com políticas públicas direcionadas a este fim e que tenham preocupação com a diversidade produtiva e a preservação do meio ambiente é uma demanda

crecente da sociedade contemporânea, em termos gerais, e dos sujeitos e movimentos sociais do campo e da cidade que, direta ou indiretamente, orbitam em torno da defesa da soberania e segurança alimentar e nutricional.

Para Maluf (2009), a questão alimentar está no centro da problemática econômica e social de qualquer país, justamente pelo fato da alimentação ser um direito, tanto no que tange o acesso à quantidade e qualidade suficientes, como do respeito às circunstâncias ambientais, sociais e culturais durante o processo produtivo. Vistas desse modo, a soberania e a segurança alimentar se distanciam, sobremaneira, daquilo que o agronegócio oferta como saída econômica e social (MALUF, 2009).

Segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (REDE PENSSAN, 2021), a insegurança alimentar brasileira, em seus diversos estratos, ampliou de 36,7% dos domicílios, em 2018, para 55,2% em 2020. A piora nos indicadores da insegurança alimentar no país ilustra o quão distante o país está de uma política de soberania alimentar, entendida como o respeito ao direito de todos, de modo autônomo, de definir as estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos de maneira sustentável e diversificada, a fim de superar o dilema da fome e da subnutrição.

Observando o caso brasileiro, cabe lembrar que a modernização da agricultura pela qual passou o país, de forma mais intensa a partir da década de 1960, com grande investimento internacional, foi determinante para a transformação na base técnica do processo produtivo agrícola. Assistiu-se a um processo de industrialização da agricultura, marcada pela utilização de máquinas pesadas, insumos e adubação química no bojo daquilo que ficou conhecido como revolução verde (GRAZIANO DA SILVA, 1993). Esse fenômeno acabou servindo para a consolidação dos grandes complexos agroindustriais, incapazes de amenizar a pobreza rural e as desigualdades socioeconômicas no rural brasileiro. Este é o alicerce sobre o qual se assentou o agronegócio, compreendido como resultado da associação entre o grande capital

agroindustrial, o capital financeiro internacional e a grande propriedade fundiária (CARVALHO, 2015).

Conforme apontado por Carvalho, Molina e Cunha (2021), o agronegócio domina as formas de produção agropecuária e subordina o trabalho e a terra a meros fatores de produção por seu poder econômico e extraeconômico, restringindo, assim, as possibilidades de uma produção agrícola agroecológica, dado o caráter contra-hegemônico desta última que, por suas próprias características, valoriza o trabalho coletivo e vê no campo, para além de um fator de produção, um lugar de novas relações de produção e sociabilidade.

A defesa da agroecologia tem se destacado na agenda pública dadas as crescentes denúncias de organizações sociais, movimentos populares e instituições públicas e privadas de que são inequívocos os impactos negativos do agronegócio sobre o meio ambiente e a saúde (BOMBARDI, 2017). Frente a isso, nos anos mais recentes, assiste-se a defesa de um modelo de desenvolvimento rural para além do economicismo e do produtivismo, pautado em uma práxis na qual a produção se associe à preservação e ao cuidado da vida humana, da natureza, das economias locais e regionais e, ainda, da valorização da cultura camponesa.

Soma-se a isso, o fato de a agroecologia fomentar e agregar, segundo Borsatto (2022), conhecimentos científicos e populares para uma agricultura menos dependente de insumos industriais e mobilizar sujeitos e movimentos para transformações do sistema socioeconômico, notadamente no que se refere a circulação e consumo de alimentos. Desse modo, “a agroecologia indica caminhos para a constituição de sistemas alimentares nos quais as corporações perdem força e os agricultores e consumidores ganham centralidade” (BORSATTO, 2022, p. 54).

Aqui reside a potência da agroecologia que, dentre outras vantagens, se constitui em um processo social de mudanças. Seus impactos não apenas se dão na dimensão econômica, produtiva e ambiental, mas também no âmbito dos

valores, do comportamento e da cultura das comunidades rurais praticantes (CAPORAL; COSTABEBER, 2015). Entendida desta forma, a definição dada por Gliessman(2018) é extremamente pertinente:

Agroecologia é a integração de pesquisa, educação, ação e mudança que traz sustentabilidade a todas as partes do sistema alimentar: ecológica, econômica e social. É transdisciplinar na medida em que valoriza todas as formas de conhecimentos e experiências na mudança do sistema alimentar. É participativa na medida em que requer o envolvimento de todas as partes interessadas, desde o campo até a mesa e todos os demais intermediários. E é orientada para a ação porque confronta as estruturas de poder econômico e político do sistema alimentar industrial atual com estruturas sociais alternativas e ação política. A abordagem é baseada no pensamento ecológico, onde é necessária uma compreensão holística e sistêmica da sustentabilidade do sistema alimentar (GLIESSMAN, 2018, p. 599).

Observando as práticas agroecológicas desenvolvidas em diversos pontos do mundo, Avila Romero *et al.* (2018) salientam que as comunidades rurais que vivenciam essa experiência passam a reconhecer e valorizar o seu poder político e a importância de suas técnicas agrícolas tradicionais na produção rural e na reprodução social camponesa. Assim, a agroecologia se encontra em um particular processo de crescente reposicionamento e fortalecimento de uma relação dialógica pautada na troca de saberes - oriundos de cientistas, técnicos, camponeses, indígenas e, dentre outros, de ativistas e militantes de movimentos populares -, materializando-se em ação social efetiva (AVILA ROMERO *et al.*, 2018).

É fato que não se pode considerar a agroecologia como um movimento social sem as devidas mediações, dada a significativa heterogeneidade dos sujeitos envolvidos na construção e na defesa de uma agricultura não-hegemônica. Recuperando a argumentação de Wezel *et al.* (2009), as diversas

formas e conteúdos com que são apresentadas a defesa de um modelo de desenvolvimento e agricultura sustentáveis, em diversos países, tendem a dificultar a visibilização de um movimento agroecológico. Todavia, essa realidade não impede que, em certos contextos, a agroecologia seja expressa pela tríade movimento, ciência e prática.

Nesta perspectiva, Rosset *et al.* (2021), ao analisarem as práticas pedagógicas implementadas em espaços educativos voltados à agroecologia e em escolas e universidades ligadas direta ou indiretamente aos movimentos populares camponeses, apontam que tais experiências pedagógicas geram a formação de sujeitos sócio-históricos e políticos. Para os autores, a agroecologia deve ser entendida “como uma ferramenta fundamental para a resistência camponesa, a construção da soberania alimentar e como uma nova forma de relação entre os seres humanos e a natureza” (ROSSET *et al.*, 2021, p. 542).

O curso de Formação de Agentes Populares de Agroecologia, desenvolvido pelo NEA-UFSCar, como uma dentre outras experiências educativas realizadas com e para os movimentos e sujeitos que lutam por terra, soberania alimentar e transformação social, se pautou na concepção epistemológica e nos marcos teóricos apresentados acima. Associou-se a agroecologia ao referencial teórico da educação popular, que parte do alinhamento entre o conhecimento teórico e a ação concreta na construção de processos transformadores, envolvendo, assim, de maneira proativa, diversos sujeitos sociais no momento de elaboração do curso. Ofertado o curso, a equipe que o constituiu teve como ponto de partida que os cursistas, com seus saberes próprios, em diálogo com as especificidades técnicas do conhecimento acadêmico, poderiam se tornar agentes multiplicadores de uma nova perspectiva de extensão rural.

A coordenação pedagógica do curso teve como expectativa que os acúmulos de experiências de cada cursista tenderiam a potencializar as habilidades de conhecimento, análise e interpretação direcionadas às questões de interesse político, social e cultural, e isso, por seu turno, contribuiria para a

materialização de um ambiente no qual as capacidades críticas de caráter teórico, conceitual, metodológico e instrumental pudessem se manifestar plenamente. Essa expectativa foi trabalhada com toda a equipe, de modo a gerar um ambiente no qual o rigor próprio da Universidade e da produção acadêmica pudesse ser intercalado com os valores simbólicos inerentes à agroecologia.

Importante destacar que os princípios metodológicos norteadores do curso se pautaram na transversalidade entre as diferentes etapas e ações, de forma que todas pudessem se fortalecer através da concatenação vertical e horizontal dos conteúdos e, também, da horizontalização dos processos de ensino, pesquisa e extensão. A diversidade das trajetórias das pessoas participantes, associada à metodologia proposta, permitiu o fortalecimento da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por um lado, e, por outro, pôde potencializar ações pautadas na relação produção, comercialização e consumo. Cabe apontar, antes de se apresentar as etapas nas quais o curso se dividiu, que o cerne da metodologia utilizada está nos métodos participativos de construção do conhecimento agroecológico, principalmente no que tange à troca de conhecimentos camponês a camponês e, em razão disto, o protagonismo destes sujeitos sociais foi priorizado em todas as fases do curso, dividindo igual espaço com docentes e pessoas técnicas e especialistas nas diversas temáticas e assuntos abordados.

O CURSO DE AGENTES POPULARES DE AGROECOLOGIA: METODOLOGIA E RESULTADOS

Inicialmente, o curso de formação de agentes populares de agroecologia, materializado pelo projeto de extensão *Terra, Agroecologia e Universidade* foi elaborado para atender a aproximadamente 50 camponeses e camponesas em territórios próximos ao campus-sede da UFSCar, localizado em São Carlos, no interior paulista, além de pessoas técnicas em assistência rural e estudantes de graduação e pós-graduação. Todavia, o surpreendente interesse nesta iniciativa,

ilustrado nas mais de 2,2 mil inscrições, motivou a coordenação pedagógica do curso e a equipe do NEA-UFSCar a modificar a estrutura técnica e operacional do trabalho, buscando atender a todas as pessoas inscritas.

Das mais de 2,2 mil inscrições, cerca de 29% eram de pessoas vinculadas a universidades públicas e privadas; 20% eram militantes de movimentos populares; 15% eram agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e as demais pessoas estavam em um rol que compreendiam agricultores familiares tradicionais, assentados de reforma agrária, acampados em luta pela terra e membros de comunidades tradicionais, além de ativistas de Organizações Não-Governamentais(ONGs). Dos inscritos, 59% eram mulheres, e havia notável abrangência territorial, com participantes de todos os estados brasileiros, além do Distrito Federal, destacando-se o elevado número de pessoas em São Paulo, com 455; Bahia, com 157; e Minas Gerais, com 135.

Como adiantado, a equipe no NEA-UFSCar decidiu atender toda a demanda, aceitando as inscrições de todas as pessoas que tivessem condições infraestruturais e dedicação de tempo para realizar o curso. Desta forma, o curso se realizou com mais de 1,5 mil inscrições. Importante dizer que, ao buscar oferecer um conteúdo diferenciado, priorizando a formação de caráter popular de agentes que pudessem atuar como multiplicadores em suas comunidades, desenvolvendo ações na defesa e promoção da agroecologia, o curso se alicerçou nos seguintes objetivos específicos: (1) aprofundar a compreensão das categorias básicas de um modelo de desenvolvimento rural baseado na transição agroecológica e na agricultura familiar; (2) fortalecer o processo de formação de agricultores e agricultoras, produtores e produtoras, estudantes e agentes de ATER para se tornarem multiplicadores e multiplicadoras junto às comunidades rurais; e (3) aportar subsídios teórico-práticos na implementação de unidades de referência nas unidades produtivas familiares por meio da construção coletiva e baseada nas técnicas agroecológicas.

Pedagogicamente, o curso foi organizado para ter 80 horas de atividade divididas em três etapas distribuídas nos seis meses de duração. A primeira

etapa compreendeu o chamado tempo-escola, com 40 horas distribuídas em dez encontros síncronos e assíncronos voltados para o aprendizado teórico em formato remoto. Na sequência, no chamado tempo-comunidade, as pessoas participantes do curso realizaram atividades práticas e teóricas em suas localidades, efetuando projetos individuais ou coletivos, e participando remotamente dos encontros de monitoria com a coordenação pedagógica do curso e com tutores voluntários, totalizando 32 horas de atividades. Por fim, nas oficinas pedagógicas, com 8 horas, foram realizadas intervenções agroecológicas presenciais em territórios próximos ao campus-sede da UFSCar. Essas oficinas foram gravadas e os recursos audiovisuais foram disponibilizados a todas as pessoas inscritas. A divisão do curso com os respectivos objetivos pode ser visualizada no Quadro 1.

Quadro 1 – Divisão do curso de formação de agentes populares de agroecologia

Etapas	Carga horária	Objetivos
1. Tempo-escola	40 horas	Fornecimento de aportes teóricos
2. Tempo-comunidade	32 horas	Realização de atividades práticas voltadas à agroecologia nos territórios
3. Oficinas pedagógicas	8 horas	

Fonte: Elaboração própria (2023)

As etapas do curso, o diálogo nos encontros de monitoria e o processo de elaboração e desenvolvimento de projetos inspirados em intervenções agroecológicas foram realizados a partir da concepção da educação popular. Os conteúdos teóricos apresentados no tempo-escola podem ser observados no Quadro 2.

Quadro 2 – Temas abordados nos encontros do tempo-escola e objetivos específicos

Nº	Caráter	Temas	Objetivos específicos
1	Síncrono	Conjuntura agrária nacional e internacional e apresentação do curso	(1) Caracterizar o contexto nacional e internacional e os desafios ligados à questão agrária, em geral, e à agroecologia, em específico; (2) Dar boas-vindas aos cursistas, apresentando as ferramentas digitais, formas de diálogo online e a metodologia utilizada no curso.
2	Assíncrono	Natureza do desenvolvimento do capitalismo na agricultura	(1) Historizar a relação do capitalismo com a agricultura.
3	Síncrono	Fundamentos e princípios da agroecologia	(1) Apresentar a agroecologia como alternativa de produção e reprodução social.
4	Assíncrono	Gênero e agroecologia	(1) Relacionar a agroecologia com o feminismo, enquanto valores e práticas comuns de superação de diferenças e opressões.
5	Síncrono	Manejo e técnicas de agrofloresta	(1) Retomar os desafios da prática agroecológica no atual contexto; (2) Apontar as possibilidades de geração de emprego e renda relacionadas à prática agroecológica; (3) Oferecer subsídios para a prática agroecológica.
6	Assíncrono	Cadeias curtas de comercialização e compras públicas para a agricultura familiar	
7	Síncrono	ATER e a transição agroecológica	
8	Assíncrono	Agroecologia e educação	
9	Síncrono	Soberania alimentar, agroecologia e enfrentamento da fome: desafios para os	

		agentes populares de agroecologia	
10	Assíncrono	Encerramento (I)	(1) Apresentação dos resultados dos projetos que foram elaborados e desenvolvidos durante o curso.
	Síncrono	Encerramento (II)	(1) Encerramento do curso, apresentando os desafios e as potencialidades da educação popular.

Fonte: Elaboração própria (2023)

O tempo-comunidade foi concebido como um processo educativo que conseguiria articular tanto os conhecimentos adquiridos no tempo-escola atrelados aos conhecimentos anteriores dos cursistas, quanto as suas capacidades de trabalho e mobilização de recursos para possíveis e necessárias transformações no território em que residem, trabalham ou convivem socialmente. Nesta etapa do curso, foi elaborada uma metodologia própria, que recebeu o nome de pedagogia do caminhar. O mérito dessa metodologia é, justamente, o reconhecimento do próprio percurso de aprendizado da intervenção agroecológica.

Levando em consideração as restrições de distanciamento social impostas pela pandemia da Covid-19, e buscando atender um público heterogêneo inscrito no curso, as atividades do tempo-comunidade foram estruturadas em cinco áreas temáticas, facilitando o acompanhamento dos projetos por parte da monitoria do curso. O Quadro 3 apresenta essas áreas temáticas, com suas respectivas justificativas.

Quadro 3 – Áreas temáticas dos pré-projetos no tempo-comunidade

Áreas temáticas	Justificativa do projeto
<p>Rede agroecológica de consumo consciente e economia solidária</p>	<p>O projeto poderia refletir sobre as condições de viabilização de uma rede de consumo de produtos agroecológicos, fortalecendo iniciativas autogestionárias e cooperativas típicas da economia solidária. Também seria possível mapear outras possibilidades que tivessem como foco o fortalecimento ou na criação de redes ligadas à agroecologia e produção orgânica de alimentos a depender das especificidades territoriais.</p>
<p>Agricultura urbana e periurbana</p>	<p>O projeto poderia envolver o planejamento e a criação de hortas agroflorestais urbanas, hortas urbanas agroecológicas, bancos de sementes, compostagem, aproveitamento de resíduos recicláveis e podas de árvores, dentre outras iniciativas, levando em conta o envolvimento coletivo e comunitário e os princípios da soberania alimentar.</p>
<p>Soberania alimentar e solidariedade na pandemia</p>	<p>O projeto poderia concretizar ou contribuir com iniciativas comunitárias como bibliotecas e cozinhas, distribuição de cestas de alimentos, criação de bancos populares de alimentos, confecção e distribuição de máscaras e kits de materiais de higiene, tendo em vista o combate à pandemia da Covid-19, dentre outras dimensões possíveis na relação campo-cidade que tivessem foco na solidariedade e na soberania alimentar. Ademais, poderia abordar processos de formação e capacitação de combate à insegurança alimentar, como agentes populares de alimento, e à disseminação do vírus da Covid-19, como agentes populares de saúde.</p>
<p>Práticas agroecológicas</p>	<p>O projeto estaria circunscrito às diversas ações orientadas e adaptadas aos agroecossistemas já implementados ou não. Eram diversas as possibilidades de atuação, incluindo práticas de adubação, compostagem, controle de pragas, manejo agroecológico de animais, agroflorestas, tecnologias sociais, dentre outras.</p>
<p>Assistência técnica e extensão rural</p>	<p>Os projetos poderiam ser direcionados a agricultores e agricultoras familiares, militantes de movimentos sociais e ativistas de organizações envolvidas direta ou indiretamente com a agroecologia com vistas à avançar tecnicamente com a transição agroecológica, com a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) ou com certificações participativas. Também se enquadrariam práticas de ATER relacionadas diretamente com as políticas públicas e os programas de segurança e soberania alimentar e agroecologia, em âmbito municipal, estadual ou federal.</p>

Fonte: Elaboração própria (2023)

As oficinas pedagógicas foram realizadas para finalizar as atividades de intervenções concretas. Os cursistas poderiam realizá-las ou acompanhá-las presencial ou assincronamente. Destacamos, aqui, o incentivo à realização de experiências práticas, por meio de projetos individuais ou coletivos, no campo ou cidade, voltadas à defesa e promoção da agroecologia.

Cumpramos ressaltar que o curso de agentes populares de agroecologia é um produto de um projeto maior que propiciou a criação do NEA-UFSCar e que orienta as execuções compromissadas de ações transversais e territorialmente localizadas próximas ao campus de São Carlos desta universidade. Assim, as oficinas pedagógicas ocorreram em áreas urbanas, periurbanas e rurais nas regiões centro-leste e norte do estado de São Paulo. Como não houve imobilização de capital fixo nas oficinas pedagógicas, não foi considerado, para fins de escolha das áreas, a natureza ou a situação jurídica destas localidades, mas a própria capacidade e o compromisso prévio de desenvolvimento das oficinas junto à comunidade local. As oficinas, dadas as especificidades das áreas selecionadas, se direcionaram à implantação de canteiros agroflorestais ou manejo de animais e agrofloresta.

Para cumprir a carga horária desta etapa, os cursistas poderiam participar da elaboração e da execução das oficinas, nos casos de residirem em locais próximos onde elas foram oferecidas, ou as assistirem, após o tratamento digital do material e a sua disponibilização em ambiente virtual. Muitos tiveram condição de desenvolver oficinas pedagógicas semelhantes em suas comunidades, registrando as mesmas como parte de seus projetos, ampliando, assim, o portfólio do curso. Ressaltamos que todos foram orientados sobre os protocolos sanitários para a execução das atividades.

Para atingir os objetivos do curso, bem como materializar os conteúdos teóricos em ações agroecológicas efetivas e acompanhar o processo de desenvolvimento das centenas de projetos realizados, foi necessário o estabelecimento de um rigoroso cronograma e, sobretudo, um fluxo contínuo de informações e monitoramento.

Conforme já apontado, o processo de elaboração, maturação e desenvolvimento dos projetos do curso de formação de agentes populares de agroecologia, durante o tempo-comunidade, se amparou metodologicamente na denominada pedagogia do caminhar. Ela foi inspirada em um célebre texto do escritor uruguaio Eduardo Galeano (1992) intitulado *Direito ao delírio*, no qual o autor, se valendo da fala do cineasta argentino Fernando Birri, constrói um poema relacionando a utopia ao caminhar³.

A pedagogia do caminhar foi estruturada em quatro passos, a saber: 1) A utopia; 2) O caminho; 3) A caminhada e, 4) A chegada e as novas utopias. Após serem percorridos, estes passos cumprem, de maneira didática, as fases de planejamento e execução dos projetos indicados pelos cursistas como modelos possíveis de serem realizados e, sobretudo, replicados em outras iniciativas.

No primeiro passo, a utopia, os cursistas deveriam definir a área temática em que gostaria de desenvolver o seu projeto, e iniciar a elaboração do mesmo, levando em consideração a adoção de medidas sanitárias adequadas para prevenção aos riscos de contágio da Covid-19, dentre outras questões envolvendo a sua realidade concreta, como a falta de acesso ao poder público e aos locais onde seriam desenvolvidas ações, falta de recursos financeiros e materiais, ausência de equipe de apoio, dentre outras muitas situações. Assim, esperava-se que os envolvidos pensassem quais objetivos pretendiam alcançar com o seu projeto, descrevendo suas justificativas, fossem elas individuais, coletivas, econômicas ou políticas. Nesse momento, todos teriam cerca de um mês para elaborar o projeto, contando com reuniões de monitoria com tutores e diálogos com outros cursistas.

A apresentação dos objetivos e da justificativa do projeto poderia se dar com um breve texto submetido em um formulário online. Os tutores tiveram acesso às respostas e puderam retornar aos cursistas com comentários e ajudas

³A fala de Fernando Birri, citada por Galeano (1992, p. 35) é: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”. O texto completo está no livro “Espelhos: uma história quase universal”, publicado em Porto Alegre pela Editora L&PM, em 1992.

específicas, buscando o aprimoramento dos projetos. As questões mais gerais ou recorrentes eram utilizadas como exemplos durante os encontros coletivos.

No segundo passo, o caminho, os cursistas, já com a escolha da área temática e com a elaboração dos objetivos e justificativa do projeto, teriam um mês para definir a forma como dariam materialidade às suas ideias. Em termos práticos, esta etapa envolvia a descrição dos procedimentos metodológicos para o desenvolvimento do projeto, ou seja, um planejamento de cada tarefa que deveria ser realizada. Os diálogos que foram feitos nas reuniões de monitoria durante o segundo passo foram ainda mais importantes, uma vez que os cursistas, junto aos tutores, poderiam contribuir com suas experiências para as possibilidades de ações de outros colegas com menor acúmulo em determinada área.

No terceiro passo, a caminhada, todos deveriam demonstrar as ações que desenvolveram para materializar seus objetivos propostos no início do tempo-comunidade, ou seja, deveriam executar o projeto elaborado, aprimorado e submetido nas etapas anteriores. O encontro de monitoria durante o mês do terceiro passo serviu para que os cursistas apresentassem as dificuldades encontradas em seus trajetos, partindo da compreensão de que cada obstáculo na consecução dos projetos fazia parte da própria realidade, e a busca por sua superação era um exercício pedagógico para a aprendizagem coletiva. Neste momento, além das formas de comunicação com a tutoria, notadamente por textos escritos, os cursistas poderiam se valer de registros audiovisuais. Isso foi muito importante porque alguns tinham poucos anos de escolarização formal e alguma dificuldade com a língua padrão.

No quarto passo, a chegada e as novas utopias, além de dar continuidade à realização dos projetos e contar com a monitoria, os cursistas deveriam apresentar uma síntese de seus resultados, fosse com registros audiovisuais ou por escrito. Como se desprende do título dado ao quarto passo, a metodologia desenvolvida não compreende os resultados como um processo acabado, isto

porque a utopia está no horizonte. Assim, a chegada é, na realidade, provisória e marcada, invariavelmente, por novas utopias, caminhos e caminhadas.

Em síntese, os dois primeiros passos consistiram na fase de elaboração do projeto e os dois últimos na concretização dos mesmos. O Quadro 4 busca resumir os quatro passos explicitados anteriormente.

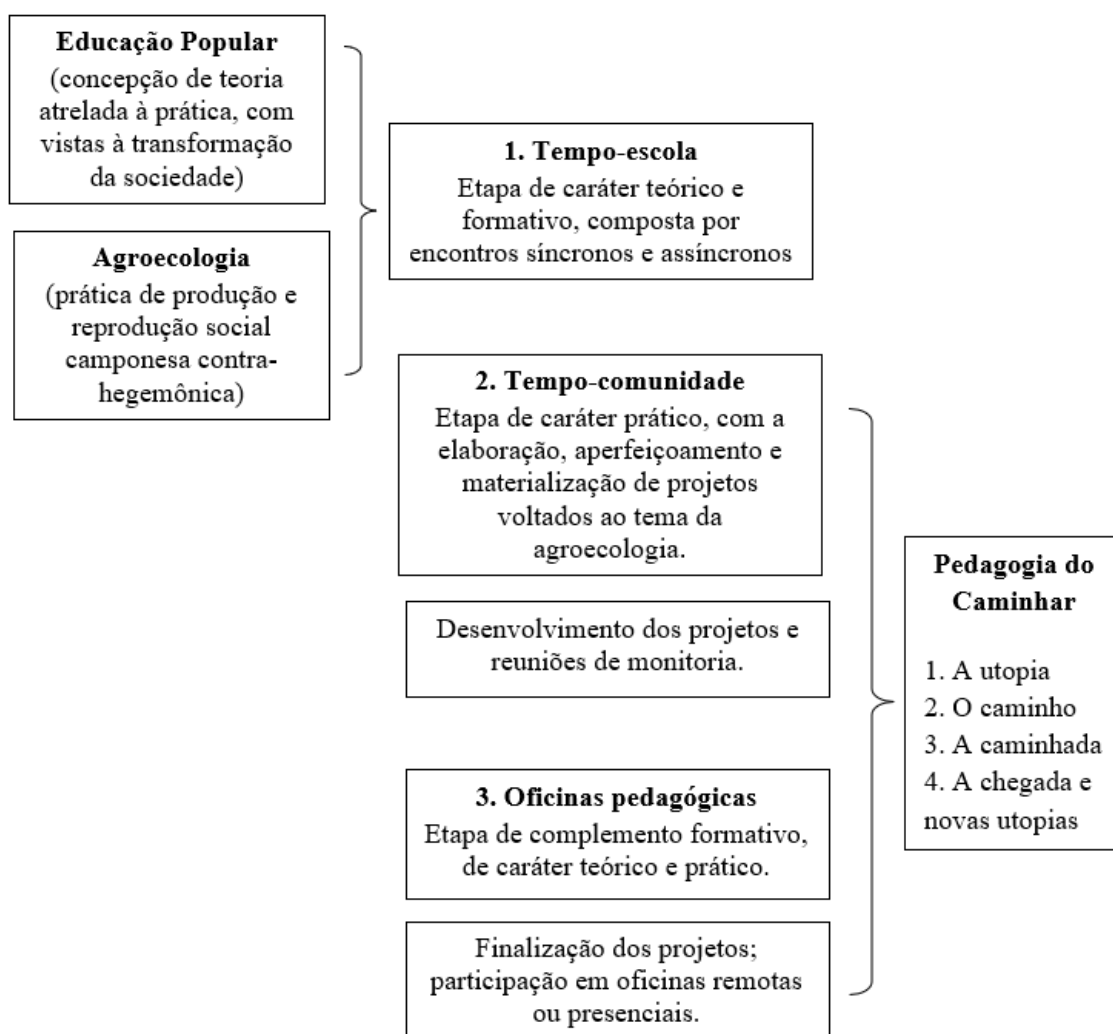
Quadro 4 – Síntese da pedagogia do caminhar

Primeiro passo: A utopia	
I.	Escolha da área temática para desenvolvimento do projeto.
II.	Escrita dos objetivos e da justificativa.
	Envio do desenvolvimento do projeto pelo formulário online e retorno da monitoria.
	Participação nas reuniões de monitoria.
Segundo passo: O caminho	
III.	Descrição dos procedimentos metodológicos.
	Envio do desenvolvimento do projeto pelo formulário online e retorno da monitoria.
	Participação nas reuniões de monitoria.
Terceiro passo: A caminhada	
IV.	Realização dos projetos.
	Envio dos resultados do projeto pelo formulário online e retorno da monitoria.
	Participação nas reuniões de monitoria.
Quarto passo: A chegada e as novas utopias	
V.	Continuidade da realização dos projetos.
	Socialização dos resultados do projeto.
	Continuidade de tutoria para os projetos.

Fonte: Elaboração própria (2023)

A Figura 1 apresenta a metodologia utilizada no curso de formação, apontando os pressupostos teóricos que embasaram a sua formulação, bem como as suas três etapas e os quatro passos para realização dos projetos. Destacamos que, embora a pedagogia do caminhar se materialize no curso quando na feitura do projeto, isto é, durante o tempo-comunidade e a oficinas pedagógicas, na elaboração da primeira etapa (tempo-escola) a noção de práxis esteve presente, inclusive para se organizar a ordem dos conteúdos e os encontros síncronos e assíncronos.

Figura 1 – Esquema metodológico do curso de formação de agentes populares de agroecologia



Fonte: Elaboração Própria (2023)

Todos os passos foram acompanhados por tutores voluntários com diferentes níveis de formação e oriundos de universidades, instituições parceiras do projeto e movimentos populares, com apoio de uma equipe técnica e da coordenação pedagógica. O diálogo mais geral entre os envolvidos no curso foi realizado por meio da plataforma *Google Classroom*, por e-mail e por grupos de *WhatsApp* específicos de cada área temática. O retorno, após cada um dos passos da terceira etapa, se deu com formulários online, nos quais os cursistas se identificavam e respondiam as questões específicas a cada um dos diferentes momentos da elaboração e concretização de seus projetos, podendo anexar, a depender da situação, registros para observação e comentários da monitoria. No Quadro 5, encontram-se as formas de comunicação entre os envolvidos no curso.

Quadro 5 – Meios e estratégias de comunicação utilizadas no curso

Modalidade	Objetivos
Plataforma <i>GoogleClassroom</i>	Comunicação direta entre cursistas e tutores, com apoio da equipe técnica e coordenação pedagógica, para informações diversas acerca do curso, e para tirar dúvidas a respeito das etapas, de modo geral, e dos passos dos projetos, em específico.
E-mail	
Grupo de <i>WhatsApp</i> das áreas temáticas do curso	Comunicação entre os próprios cursistas sobre os projetos, a temática inserida e temas diversos, com presença dos tutores e tutoras e coordenação pedagógica para informações diversas acerca do curso.
Formulários <i>online</i>	Forma de acompanhamento dos quatro passos do projeto, com a resposta dos cursistas e o envio de arquivos respectivos às suas reflexões e ações, contando com a devolução dos tutores com impressões gerais e apontamentos para o desenvolvimento do projeto.
Reuniões de monitoria das áreas temáticas	Espaço para informações gerais sobre o curso e, sobretudo, de diálogo entre os cursistas e os tutores acerca dos projetos em desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria (2023)

Dada a experiência com outros cursos de extensão e a pandemia, que além de diversas dificuldades relacionadas ao trabalho remoto e à conexão, também trouxe sobrecarga de tarefas no ambiente doméstico, já era esperado algum nível de evasão. Neste sentido, o curso se estruturou para também ser útil ao público geral, interessado na totalidade ou apenas em parte dos conteúdos que por ele foram gerados. Assim, no Quadro 6, há os números de visualizações dos conteúdos do tempo-escola, que, mesmo que seja circunscrito a apenas uma das três partes do curso, consegue ilustrar o interesse do público em geral sobre o tema⁴.

Quadro 6 – Acesso ao conteúdo do tempo-escola do curso

Encontro	Formato	Acesso de cursistas ⁵	Acesso geral ⁶
1	Síncrono	1.900	6.091
2	Assíncrono	1.550	-
3	Síncrono	1.060	4.590
4	Assíncrono	1.162	-
5	Síncrono	1.210	3.736
6	Assíncrono	1.160	-
7	Síncrono	1.074	2.654
8	Assíncrono	1.032	-
9	Síncrono	997	2.321
10 (I)	Assíncrono	Não contabilizado	-
10 (II)	Síncrono	Não contabilizado	928

Fonte: elaboração própria (2023)

⁴ Em tempo: a lista de presença era exclusiva às pessoas matriculadas e as visualizações contabilizam o interesse geral no material. Os encontros assíncronos foram direcionados apenas às pessoas inscritas e envolvidas no curso. Tais conteúdos, segundo a equipe técnica, ainda serão adaptados e disponibilizados ao público geral, ampliando ainda mais o alcance do projeto.

⁵ Levantamento realizado em agosto de 2021.

⁶ Levantamento realizado em julho de 2023.

Importante destacar o considerável número de acessos dos conteúdos audiovisuais das oficinas disponibilizadas para o acesso geral, e não apenas para cursistas. Segundo dados de julho de 2023, a primeira parte da oficina pedagógica I, sobre canteiros agroflorestais, postada em agosto de 2021, já tinha recebido, 2.124 visualizações e a segunda parte, postada em setembro de 2021, 976 visualizações. A oficina pedagógica II, dedicada ao manejo agroflorestal, postada em outubro de 2021, contava com 323. Já as oficinas III e IV, postadas também em outubro de 2021 e dedicadas, respectivamente, à implementação de agrofloresta e as hortas agroecológicas, disponíveis em um vídeo único, contavam com 246 visualizações.

Os dados quantitativos indicam apenas parcialmente os resultados obtidos pelo curso. O acompanhamento de painéis de debates e, desta forma, o acesso a novos conhecimentos e conceitos teóricos, o processo de reflexão, elaboração e materialização dos projetos, o diálogo entre pares e o acompanhamento de tutores, permitiram aos cursistas serem parte de um novo processo educativo voltado à agroecologia, assim como de um processo educativo de novo tipo, que atrela os conceitos e práticas da agroecologia à educação popular.

Assim, mais do que a formação, no sentido educativo do termo, de novos sujeitos, também foi possível perceber a transformação, no sentido sociopolítico, da realidade na qual cada um estava inserido territorialmente, seja no âmbito da moradia, da comunidade ou do trabalho. Os projetos ligados às diferentes áreas temáticas, feitos de forma individual, coletiva ou comunitária, visando, ou não, a geração de trabalho e renda, foram pautados nos princípios da agroecologia. Isto, sem dúvidas, contribuiu na formação de agentes defensores, promotores e praticantes da agroecologia, no campo e nas cidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que a divisão do processo educativo em etapas, a materialização da pedagogia do caminhar, tendo como passos a utopia, o caminho, o caminhar, a chegada e as novas utopias, na experiência aqui descrita, é um convite para se repensar novas formas de construção e socialização do conhecimento humano acumulado e socialmente engajado. O mérito do curso, além do número expressivo de envolvidos, está na sua metodologia que, enquanto uma experiência extensionista, colocou a universidade em diálogo com a comunidade, oferecendo aportes mediados para o atendimento de demandas, em um contexto em que tanto as universidades como a sociedade padeciam de crises econômica, política, ambiental e sanitária sobrepostas, geridas por um governo incapaz e antissocial que, conforme os dados da Organização das Nações Unidas (ONU), devolveu o Brasil ao mapa da fome.

As ações desenvolvidas durante o curso de formação de agentes populares de agroecologia possibilitaram aos participantes deste processo desenvolver intervenções extensionistas, seja no território rural ou urbano, não apenas como técnicos, mas, em especial, como promotores da agroecologia, seja como prática, ciência ou movimento.

O projeto aqui analisado foi concebido por docentes e discentes em parceria e contínuo diálogo, com movimentos populares, notadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e organizações sociais, tendo se constituído em uma experiência que pode ser replicada por diferentes organizações, total ou parcialmente, mediante a promoção de debates e painéis teóricos, da realização de diferentes projetos inseridos no tema, do fornecimento de oficinas práticas ou mesmo da combinação de todas essas ações que, conectadas em diferentes etapas, e com a possibilidade de um monitoramento sistemático e diálogo entre as partes envolvidas, possam fornecer um rico instrumental teórico e prático voltado à promoção e defesa da agroecologia.

Foi defendido, ao longo de todo o processo, descrito neste artigo, que a agroecologia é uma forma de produção e reprodução social contra-hegemônica que, além de possível e necessária, pode envolver amplos setores da sociedade civil e poder público. Quando associada à educação popular, a agroecologia concebe os sujeitos como portadores de concepções e conhecimentos que podem ser valorizados junto ao conhecimento científico e acadêmico, sobretudo visando a transformação da realidade, tornando-se alternativa antissistêmica à produção agrícola, à reprodução social camponesa e ao consumo consciente e solidário, com impactos positivos sobre as cadeias curtas de comercialização e aos mercados locais.

CARVALHO, J. G.; PEREIRA, E. R. Nea UFSCAR and the pedagogy of walking: methodological contributions to the training of popular Agents of Agroecology. ORG & DEMO (Marília), v. 24, Fluxo Contínuo, e023005.

Abstract: There is undeniable potential for agroecology as a form of agricultural production and peasant social reproduction, characterized by its counter-hegemonic nature and based on communal and solidarity values. Assuming that the popular education method can be combined with agroecological practice, this paper aims to provide a methodological contribution to the training of popular agents of agroecology, developed through a university extension experience conducted by the Center for Agroecology and Organic Production Studies (NEA) at the Federal University of São Carlos (UFSCar), São Carlos campus. Methodologically, the article is the result of an applied qualitative research, with participant observation and action research. To fulfill the proposed objective, the theme is approached in association with popular education as a praxis that strengthens the anti-systemic nature of agroecology. The conclusions indicate that the methodology developed to overcome the difficulties of remote training directed at a significant and heterogeneous audience was successful and managed to positively impact the territories where it was carried out through the implemented practical actions. Furthermore, the methodological contributions developed by the

responsible team, particularly the pedagogy of walking, have the capacity for replication, either in whole or in part, in different locations, for the benefit of agroecology.

Keywords: Popular education; University extension; Agroecology; Rural extension.

Resumen: Existe un innegable potencial de la agroecología como forma de producción agrícola y reproducción social campesina, de carácter contrahegemónico, basada en valores comunitarios y solidarios. Partiendo del supuesto de que el método de la educación popular puede combinarse con la práctica agroecológica, este trabajo tiene como objetivo ofrecer un aporte metodológico para la formación de agentes populares de agroecología, desarrollado a través de una experiencia de extensión universitaria llevada a cabo por el Núcleo de Estudios en Agroecología y Producción Orgánica (NEA) de la Universidad Federal de São Carlos (UFSCar), campus São Carlos. Metodológicamente, el artículo es el resultado de una investigación cualitativa aplicada, con observación participante y investigación-acción. Para cumplir con el objetivo propuesto, el tema se aborda en asociación con la educación popular como praxis que fortalece el carácter antisistémico de la agroecología. Las conclusiones indican que la metodología desarrollada para superar las dificultades de una formación a distancia dirigida a un público significativo y bastante heterogéneo fue exitosa y logró impactar positivamente los territorios donde se llevó a cabo a través de las acciones prácticas implementadas. Además, las contribuciones metodológicas desarrolladas por el equipo responsable, especialmente la pedagogía del caminar, tienen la capacidad de ser replicadas, ya sea en su totalidad o en parte, en diferentes ubicaciones, en beneficio de la agroecología.

Palabras clave: Educación popular; Extensión universitaria; Agroecología; Extensión rural.

REFERÊNCIAS

AVILA ROMERO, L. E. et al . La agroecología como alternativa: movimiento, ciencia y práctica para la justicia y soberanía alimentaria. **Inter disciplina**. Cidade do México, v. 7, n. 19, p. 195-218, set./dez. 2018.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH-USP, 2017.

BORSATTO, R. S. Agroecologia e a construção de um sistema alimentar contra-hegemônico. In: CARVALHO, J. G; BORSATTO, R. S; SANTOS, L. L. (orgs.). **Formação de agentes populares de agroecologia**. São Carlos: EdUFSCar, 2022. Cap. 3, p. 49-57.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília, DF: MDA/SAF, 2004.

CARVALHO, J. G; **Economia Agrária**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2015. 246 p.

CARVALHO, J. G; MOLINA, W. S. L.; CUNHA, S. F. Poder econômico e extraeconômico do agro latifundiário no Brasil. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara, v. 24, n. 1, p. 22-43, fev./jul. 2022.

GLIESSMAN, S. R. Defining agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 42, n. 6, p. 599-600, 2018.

GALEANO, E. Direito ao delírio. In: GALEANO, E. **Espelhos**: uma história quase universal. Porto Alegre: L&PM, 1992, p. 11-16.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MALUF, R. S. A Política de abastecimento, a soberania e a segurança alimentar e nutricional. In: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura e Abastecimento Alimentar**: políticas públicas e mercado agrícola. Brasília, DF: CONAB, 2009, p. 109-120.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**, 2021. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

ROSSET, P. M. et. al. Agroecología y La Vía Campesina II. Las escuelas campesinas de agroecología y la formación de un sujeto sociohistórico y político. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 58, p. 531-550, jul./dez. 2021.

WEZEL, A. et. al. Agroecology as a science, a movement and a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

Submetido em: 27/02/2023

Aceito em: 08/06/2023

Org&Demo, Marília, v. 24, 2023. Fluxo contínuo

DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2023.v24.e023005>



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution 4.0 International License.